

Conceição Paludo

Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP),
Porto Alegre, RS

Considerando a conjuntura, destaco dois desafios centrais para a próxima direção da ABONG. Primeiro: contribuir para a elaboração dos referenciais político-metodológicos (identidade) das ONGs filiadas e da própria ABONG - natureza, relação com os demais atores sociais, métodos de trabalho, intervenções na conjuntura. Segundo: contribuir para que as ONGs e movimentos sociais populares superem o desafio da sobrevivência material (meios).

Muito pouco conseguiremos sozinhas. Portanto, devemos construir um Fórum



Nacional, com representação paritária, que articule os atores do campo democrático e popular, com o papel de conhecer, propor, negociar, controlar as políticas de cooperação e de assistência

social do Estado brasileiro e de influir nas políticas de Cooperação Internacional.

Enilson Rocha Souza

Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE),
Salvador, BA

Eis os desafios:

- Como a ABONG poderá ajudar suas associadas a criar mecanismos de reciclagem entre seus administradores em questões gerenciais (planejamento, administração, economia, finanças)?
- Favorecer a uma maior integração e intercâmbio entre ONGs e movimentos populares, de forma a tomar mais eficaz a ação desses setores da sociedade civil na reivindicação e proposição de políticas para o conjunto da sociedade.
- Como favorecer a uma maior participação das ONGs na definição de políticas públicas?
- Como a ABONG poderá ajudar suas associadas na reflexão sobre as questões da relação/parceria com o Estado e com as entidades multilaterais?

Fatima A. Ticianel Schrader

Grupo de Saúde Popular (GSP), Cuiabá, MT

Considero os principais desafios da ABONG:

- Desencadear um processo de análise da real situação das ONGs no país, tomando como base o cadastro das associadas. A partir daí, trabalhar de forma participativa pela superação dos principais problemas políticos e institucionais das mesmas.

- Eficácia, eficiência e impacto do trabalho das ONGs: provocar discussões e análises



no sentido de clarear o papel técnico e político das organizações, identificando instrumentos apropriados para medir o impacto do trabalho nas diferentes áreas de atuação e propor um programa de capacitação em parceria com os

organismos financiadores, visando prepará-las na área de planejamento e avaliação.

- Estabelecer uma política de relacionamento entre as ONGs e seus parceiros de cooperação internacional.

Iara Petricovsky

Instituto de Estudos Sócios-Econômicos (INESC),
Brasília, DF

Os maiores desafios que a ABONG deverá enfrentar em 1995/96, na minha opinião, serão:

- 1) Aprofundar e definir os princípios e regras da participação das ONGs na obtenção de recursos através de cooperação internacional, tanto nas que necessitam de intervenção do Ministério das Relações Exteriores (Agência Brasileira de Cooperação) como naquelas que são feitas diretamente;
- 2) Realização de um cadastramento das agências de financiamento internacionais para as ONGs brasileiras;
- 3) Recolocar a discussão, entre as ONGs, sobre a necessidade de se elaborar uma legislação que regule a relação entre as ONGs e o Estado;
- 4) Ampliar o número de ONGs filiadas;
- 5) Estimular a parceria com os diversos Fóruns e Redes organizadas nos vários setores da sociedade civil;
- 6) Divulgar e contribuir para a profissionalização dos recursos humanos dentro das ONGs brasileiras.

Desafios para

Fundada em agosto de 1991, a Associação de ONGs Não-Governamentais está completando a época de sua criação, dez meses de um conjunto de entidades tão dispersas e das mais árduas e pretensivas. O que já três anos, podemos constatar que a boa parte dos objetivos pretendidos aglutinador de grande número de metas, claros, definidos e transparentes, e o fator credenciado e respeitado nacional e internacionalmente.

Assim, superada essa primeira fase, a ABONG dá início agora, a partir de novembro - que elegerá a nova diretoria e dentro de dois anos -, a uma outra etapa de metas, riscos e sonhos. Nos três anos seguintes, estruturar, estabelecer padrões éticos e se fazer respeitar, tornando-se no âmbito das ONGs e da sociedade civil, que se coloca, surge a inevitável pergunta: quais os passos? Buscando levantar e situar os desafios para a nova diretoria, o JORNAL DA ABONG, de alguns dirigentes das ONGs filiadas, o Conselho Diretor Para todos, foi feita a seguinte pergunta: quais os desafios a serem enfrentados pela

Magnólia A. Said

Esplar (Centro de Pesquisa e Assessoria, Fortaleza, CE)

Os próximos dois anos apontam grandes desafios para a ABONG. Estamos construindo um espaço de articulação e unidade antes não pensado.



As diferenças e os acúmulos entre as ONGs são muitos; as distâncias também. É preciso ter sensibilidade e estar em sintonia com as ONGs e

com o mundo que as rodeia para investir numa ação que favoreça o rompimento com o isolamento, a falta de informação e o despreparo técnico-político no nosso campo. Assim, estaremos contribuindo para o fortalecimento e a consolidação da identidade não somente das nossas

ura o futuro

Associação Brasileira de Organizações
tando seu terceiro aniversário. Na
tes da Eco-92, a meta de reunir um
e dispersas pelo país parecia tarefa
se impossível. No entanto, passados
a ABONG não só conseguiu atingir
s, consolidando-se enquanto órgão
s ONGs brasileiras com princípios
omo se transformou em um interlo-
nte às esferas públicas e privadas,

se de definição e consolidação, a
a Assembléia Geral de 20 de agosto
çará as diretrizes para os próximos
ua existência. Com novos desafios,
s passados, a entidade conseguiu se
s e estratégias de atuação, ampliar-
um elemento original e importante
de brasileira. Face ao novo quadro
stão: quais deverão ser os próximos
alguns dos desafios a serem enfren-
L. DA ABONG colheu o depoimento
adas, inclusive candidatos ao Con-
pergunta: Quais serão os principais
ABONG nos próximos dois anos?

.....
associadas mas de quem, direta ou indi-
retamente, se beneficia dos resultados da
nossa intervenção.

Marlene Libardoni

Centro Feminista de Estudos e Assessoria
(CFEMEA), Brasília, DF

A ABONG tem nos próximos dois anos
dois grandes desafios: um, ao nível externo,
de consolidar-se como agente político e
interlocutor do Esta-
do e das agências de
cooperação na defi-
nição das políticas de
desenvolvimento pa-
ra o Brasil. O outro,
ao nível interno, é o
de articular e con-
gregar as ações e po-
líticas comuns, a plu-
ralidade e a diversidade que caracterizam
as ONGs brasileiras.



Pedro Garcia

Nova (Pesquisa e Assessoria em Educação), Rio de
Janeiro, RJ

São basicamente três os grandes desafios
para a ABONG, nos próximos anos. Ei-los:

- Abrir canais com o Estado e com setor do
empresariado que deseje se comprometer
com ações sociais,
a fim de ampliar as
possibilidades de no-
vas relações e fontes
de financiamento por
parte das ONGs.



- Estreitar os laços
com a Universidade
e instituições afins,
buscando ações co-
muns em torno de
projetos alternativos
para o Brasil.

- Ter uma presença mais agressiva na
mídia. Não apenas defensiva, respondendo
a eventuais ataques, mas abrindo espaço
para mostrar realizações das ONGs em
seus múltiplos campos de atuação.

Sergio Haddad

Ação Educativa, São Paulo, SP

São desafios para os próximos anos: o
estabelecimento de um novo patamar de
relacionamento com os movimentos so-
ciais; o diálogo com
autonomia junto aos
setores do Estado;
construir caminhos e
orientações para o
novo padrão de co-
operação para o de-
senvolvimento; am-
pliar o diálogo com
outros setores da so-
ciedade civil; fortalecimento institucional;
sustentabilidade financeira pelos sócios e
ampliar a capacidade de comunicação e
articulação nacional.



Silvio Caccia Bava

Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria
em Políticas Sociais), São Paulo, SP

A ABONG precisa se empenhar em for-
talecer o seu perfil de representação das
ONGs filiadas; ampliar o número de as-
sociadas; apoiar e estimular que as ONGs
assumam, cada vez mais, sua presença no



espaço público. Três
pontos de iniciati-
vas são importantes:
apoiar, estimular os
debates e iniciati-
vas conjuntas entre
ONGs; organizar a
atuação conjunta das
ONGs frente ao go-
verno brasileiro; arti-
cular o debate quanto às novas relações en-
tre ONGs e as agências de cooperação.

Sônia Correia

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
(Ibase), Rio de Janeiro, RJ; da atual Direção Execu-
tiva da ABONG

Acho que é garantir a autonomia das ONGs
e assegurar a sua visibilidade pública como
uma voz importante da sociedade civil no
processo de demo-
cratização brasileiro.
Através dessa sua
atuação, ter um im-
pacto efetivo na
transformação da
cultura política brasi-
leira e também sobre
as políticas públicas.



Vando Nogueira

Centro Luiz Freire, Recife, PE

A conquista de uma maior visibilidade
pública das ONGs tem correspondido a um
aumento qualificado de novas demandas.
Novos desafios e oportunidades serão
abertos com as mudanças que ocorrerão
a partir das eleições/
posse nos poderes
executivo e legis-
lativo. Neste sentido,
é fundamental que as
ONGs tenham cla-
reza de suas prio-
ridades para evitar
dispersão, qualifi-
quem ao máximo
suas intervenções e cresçam bastante na
capacidade de formulação e controle de
políticas públicas em suas áreas especí-
ficas de intervenção. Especial atenção
deverá ser dada às atividades de ad-
ministração e gerenciamento interno/
externo das ONGs.



(Continuação no verso)

Uma nova etapa

A ABONG e suas associadas iniciam uma nova etapa de sua existência, depois de um período marcado pela sua afirmação como atores autônomos na esfera pública brasileira e pelo crescente reconhecimento das ONGs e da própria associação junto à sociedade civil organizada. Sendo o período precedente caracterizado também pela emergência de inúmeras campanhas, fóruns e iniciativas individuais e de grupos que revelaram as potencialidades de ampliação e reforço da cidadania no Brasil, não devemos, no entanto, subestimar as contradições desse processo, marcado também por uma crescente inorganicidade, pelo aparente enfraquecimento de organizações populares, relativa desmobilização de movimentos sociais, crise e desgaste dos partidos políticos, etc. Uma concepção ingênua de que a cidadania se constrói a partir da mobilização mais ou menos espontânea de milhões de indivíduos, de "cidadãos" (mesmo que para tal se requeiram apelos criativos, e revestidos de credibilidade ética, de lideranças autênticas), acabará comprometendo a compreensão da natureza e do papel das ONGs, e as fará perder o seu rumo.

As ONGs ocupam um lugar privilegiado, por sua independência, flexibilidade e caráter não corporativo, na intersecção dos movimentos espontâneos da cidadania e dos processos organizativos que tornam vertebrada a sociedade civil, particularmente seu segmento mais popular.

As ONGs enfrentam o desafio de não perderem de vista os parâmetros acima na sua atuação, e, simultaneamente, de se consolidarem institucionalmente, potencializando a competência, o profissionalismo, e o saber, que distinguem uma ONG de um grupo qualquer de cidadãos de boa vontade. A par disto considero também da maior importância a conservação dos veículos históricos das ONGs com os movimentos populares de inspiração democrática.

A consolidação institucional das ONGs passa ainda, mas não principalmente, pela superação dos entraves materiais ao seu desenvolvimento. Temos de encontrar fontes alternativas de financiamento, sobretudo na própria sociedade brasileira, se não quisermos nos submeter ao darwinismo social que cresce na cooperação internacional e preconiza a "sobrevivência dos mais aptos" como critério para decidir o futuro de ONGs, e também de organizações populares, que são um patrimônio da cidadania brasileira.

Jorge Eduardo S. Durão, Presidente da ABONG

AGENDA

• **Seminário Nacional sobre População e Qualidade de Vida**, promovido por IDAC/Unifem, 15 a 17 de agosto, Hotel Glória, Rio de Janeiro

• **Seminário da ABONG**, 18/19 de agosto, Hotel Florida, Rio de Janeiro.

• **Assembléia Geral da ABONG**, 20 de agosto, Hotel Florida, Rio de Janeiro.

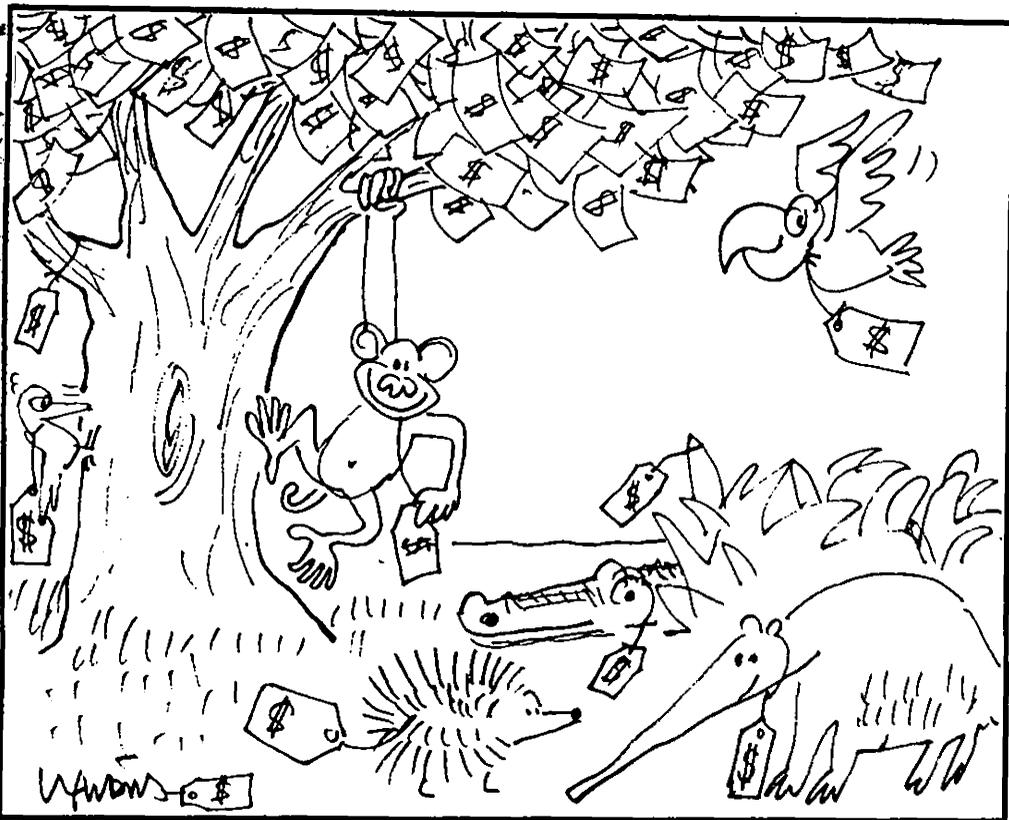
• **Conferência sobre População e Desenvolvimento**, Cairo, Egito, de 3 a 13 de setembro.

Um evento da maior importância para a luta pela preservação e real apropriação da Amazônia pelos brasileiros aconteceu entre os dias 13 e 16 de junho passados, em Belém, no Pará: o Encontro Internacional de Trabalho "Diversidade eco-social e estratégias de cooperação entre ONGs na Amazônia". Durante três dias, 45 entidades - ONGs ambientalistas nacionais e internacionais - debateram de forma sistemática, séria e aprofundada três questões fundamentais relativas ao destino da região: a biodiversidade, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e os programas multilaterais. Ao final do encontro, foi tirado um documento de dez páginas com as principais conclusões e propostas resultantes do encontro, definindo "que só um modelo alternativo de desenvolvimento poderá preservar a diversidade sócio-cultural e ecológica da Amazônia".

"Foi a primeira iniciativa onde houve discussão séria e sistemática sobre essas questões, e que tem de dar frutos", avaliou o pesquisador e consultor da AS-PTA, David Hathaway, norte-americano, há 16 anos estabelecido no Brasil. Hathaway coordenou os debates sobre a questão que talvez represente o maior desafio a ser enfrentado pelo Governo e sociedade civil na região, nos próximos anos: a Biodiversidade. Este tema foi também um divisor de águas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, resultando na elaboração da polêmica Convenção sobre Biodiversidade (o Brasil foi o primeiro país a firmá-la na Eco-92, mas a ratificação pelo Congresso Nacional só ocorreu no início deste ano).

Entre as 45 ONGs presentes no Encontro de Belém, grande número era constituído de entidades de âmbito regional, amazônico. "É uma discussão nova também para a Amazônia" - afirma Hathaway, referindo-se à biodiversidade. "Todo mundo sabe que existe, que é polêmica, mas ninguém sabe direito como, o que tem a ver com o trabalho das pessoas, inclusive na Amazônia, região do país onde essa questão é mais candente" - prossegue o pesquisador. Ele ressalva, no entanto, que não se trata de um problema restrito à Amazônia: "O Cerrado, a Mata Atlântica, o Pantanal e os Pampas gaúchos são todas regiões riquíssimas, se comparadas com qualquer país industrializado do Norte dependente das matérias-primas dos países tropicais para a indústria de biotecnologia".

Zônia: conservar é pouco



Segundo Hathaway, "os países ricos são geralmente os mais pobres em genes". E, como "não se inventam genes (trabalha-se com os genes que existem na natureza), é preciso encontrar essas combinações genéticas originais, que são a matéria-prima para todas as inovações da indústria biotecnológica. Depois, pode-se até reproduzir, mas só após encontrá-las na natureza", explica o pesquisador.

Desde a Eco-92, o debate sobre patenteamento e "garimpagem genética" (o ato de identificação e seleção pelo qual as empresas se apropriam das plantas para sua utilização na indústria de biotecnologia) do rico arsenal natural existente na Amazônia (e não só lá, como enfatizou Hathaway) passou a ganhar dimensões planetárias. No entanto, assinala Hathaway, o significado político da nova realidade existente - ou seja: quem está lucrando com a extração dos recursos genéticos da Amazônia? - não é discutido nem mesmo pelas próprias instituições de pesquisa envolvidas com o tema, como o Impa ou a Embrapa. "Imagine, então, nos movimentos sociais?" - indaga ele. "Conservar a floresta, sim, é uma questão levantada. Mas, a nova questão agora é como converter essa riqueza em dinheiro para o próprio país", insiste.

David Hathaway lembra que, "em primeiro lugar, é preciso estabelecer uma política

que trate os recursos genéticos como os outros recursos naturais que o país valoriza e sobre os quais ganha também." É o caso, por exemplo, dos recursos minerais, em que cabe à União definir as condições como podem ser extraídos e comercializados. "Com os recursos genéticos o procedimento deve ser o mesmo. Embora haja algumas formalidades a cumprir com o CNPq para obter autorização para essas pesquisas, o fato é que a grande maioria do material coletado nas expedições científicas estrangeiras que vêm ao Brasil não passa pelos canais formais do Governo." Ou seja, avalia Hathaway, "essa apropriação do conhecimento sobre as plantas e seres vivos da Amazônia (tão desenvolvido pelos povos da floresta - indígenas, seringueiros, etc) acontece de maneira dissimulada, porém ainda assim pública." Em síntese, perde o Brasil, ganham as multinacionais.

Dai a importância do recente encontro realizado em Belém, promovido pela FASE e o FAOR (Fórum da Amazônia Oriental): "Foi a primeira tentativa histórica na região de discutir esse tema, ao lado das duas outras questões, também muito importantes", continua o pesquisador.

O Projeto de Lei sobre Propriedade Industrial - que, entre outros itens, visa permitir o patenteamento das biotecnologias e de inúmeros tipos de seres vivos no país - está

agora em tramitação no Senado. Em junho de 1993, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Antes de ser levado à votação plenária no Senado, ele passa pelas comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos. "Acredita-se que, dificilmente, haverá condições da nova lei ser votada ainda este ano, devido às eleições. "Acho que essa demora pode ser boa, porque teremos mais tempo para informar e educar os políticos, que desconhecem essa questão, desconhecem o que significa o patenteamento de microorganismos" - observa Hathaway. "Temos de educar também as pessoas de peso até do mundo científico, para que elas expressem sua preocupação no Congresso".

Hathaway aponta a necessidade de que as próprias ONGs e a ABONG intensifiquem a pressão sobre os senadores. "São só três por Estado, geralmente eles não têm ligações com esses industriais locais envolvidos com a questão das patentes. Essa indústria que lida com o patenteamento não se envolve com as bases nos Estados, seu poder de ação localiza-se mais no Rio e em São Paulo. Por isso é importante que as entidades locais se expressem junto aos seus senadores, mesmo que eles estejam em campos diferentes, porque às vezes eles são sensíveis a essa questão embora discordem de muitas outras. É preciso cobrar do senador que representa seu estado para que ele tenha uma certa consciência, que pense com a própria cabeça. E o momento é agora, antes da votação dessa lei" - adverte Hathaway.

Entre as muitas questões levantadas nesse campo, durante a reunião de Belém, destacou-se ainda o perigo do uso das biotecnologias. Isto é, o perigo de liberação de bactérias e vírus no ambiente de forma intencional ou acidental, capaz de ter consequências imprevisíveis. "Nos países desenvolvidos - revela Hathaway - há pelo menos regras para a liberação de organismos engenheirados. E a ação das ONGs tem sido importante nesse sentido. Aqui, não existe isso. Há um projeto sobre bio-segurança na Câmara, mas ainda não é uma discussão efetiva dos ambientalistas. Temos de conseguir articular alguma coisa para cinergizar essa área. No mundo inteiro, as ONGs estão fazendo lobbies junto aos governos e organismos internacionais sobre a biodiversidade, e não vemos a presença das ONGs brasileiras. Elas precisam seguir esse caminho também".